



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA

DÉBORA LIMA DE JESUS

**O FAZER FONOAUDIOLÓGICO DE ABORDAGEM BILÍNGUE NO ATENDIMENTO
À PESSOA SURDA: QUANDO A FAMÍLIA VEM AO CASO**

FLORIANÓPOLIS

2021

O fazer fonoaudiológico de abordagem bilíngue no atendimento à pessoa surda: quando a família vem ao caso

Speech-language therapy practice with a bilingual approach to the care of the deaf person: When the family comes to the case

Débora Lima de Jesus

Resumo

Introdução: Ao assumir a perspectiva sociocultural de abordagem Bilíngue no atendimento à pessoa surda, o Fonoaudiólogo necessita ressignificar sua prática clínica para além do espaço do consultório, buscando compreender a forma como a família entende e significa a surdez e a língua de sinais. **Objetivo:** Compreender o efeito discursivo da mediação fonoaudiológica para a família e suas implicações para as práticas interacionais da pessoa surda. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caso de uma criança surda de 11 anos. Foi realizada uma análise de conteúdo do tipo interpretativa. **Resultados:** A mediação fonoaudiológica ajudou a família a ressignificar formas de interação com o filho e a dar valor à língua de sinais, havendo assim impacto no desenvolvimento da linguagem do sujeito surdo, colaborando com o fortalecimento de sua identidade e cultura própria. No entanto, foi possível perceber os efeitos negativos trazidos pela pandemia, que dificultaram o acompanhamento fonoaudiológico e trouxeram regresso quanto aos aspectos já trabalhados. **Conclusão:** A análise mostra que o lugar de mediador do fonoaudiólogo é importante, combatendo desta forma a exclusão e, por consequência, regresso com relação aos aspectos educacionais alcançados e afastamento interacional entre família e sujeito surdo.

Descritores: Bilinguismo. Fonoterapia. Surdez. Família. Língua de sinais.

Abstract

Introduction: In order to assume a sociocultural perspective of a Bilingual approach to assisting the deaf, the Speech Pathologist needs to reframe the clinical practice beyond the clinical space, seeking to understand how the family understands and signifies deafness and sign language. **Purpose:** To understand the discursive effect of speech therapy mediation for the family and its implications for the interactional practices of the deaf person. **Methods:** This is a case study of an 11-year-old deaf child. An interpretative content analysis was carried out. **Results:** The speech mediation helped to reframe family forms of interaction the son and to give value to the sign language, thus having an impact on the development of the language of the deaf subject, collaborating with the strengthening of his own identity and culture. However, it was possible to realize the negative effects brought about by the pandemic, which hindered the speech therapy follow up and brought back the aspects already worked on. **Conclusion:** This analysis shows that the role of mediator of the speech therapist is important combating exclusion and, thus returning in relation to the educational aspects achieved and the interaction between the family and the deaf subject.

Keywords: Bilingualism. Speech therapy. Deafness. Family. Sign language.

Introdução

A Fonoaudiologia tem um papel imprescindível no acompanhamento da pessoa surda. Desde o acompanhamento com o médico Otorrinolaringologista, nos encaminhamentos para exames auditivos até a definição do processo terapêutico, é o Fonoaudiólogo quem presencia todas as questões levantadas pela família frente ao diagnóstico de surdez. O fonoaudiólogo é também o profissional responsável por orientar a família na ação conjunta de ações educacionais, terapêuticas e familiares para o melhor desenvolvimento dessa criança ⁽¹⁾. As orientações fonoaudiológicas, principalmente em relação a escolha e uso das línguas, estão diretamente relacionadas às concepções teóricas que perpassam o discurso sobre ser surdo ⁽²⁾.

Dentre as concepções adotadas pelos profissionais e repassadas às famílias encontram-se o oralismo e o bilinguismo. O histórico da Fonoaudiologia se constituiu e perdura sobretudo no oralismo. Essa concepção baseia-se em uma visão clínico-terapêutica da surdez, que a concebe como deficiência ⁽³⁾. As práticas fonoaudiológicas que sustentam essa base buscam “a aquisição da oralidade e o desenvolvimento das habilidades auditivas para que o sujeito surdo se adeque a uma comunidade majoritária ouvinte”, desconsiderando a língua de sinais e compreendendo que a linguagem pode ser ensinada por meio da correção dos “defeitos da fala” e do treino de habilidades como a articulação e a leitura labial ⁽³⁻⁴⁾.

Em 1990, a educação Bilíngue começa a ser discutida no Brasil, trazendo uma nova concepção da pessoa surda e assim promovendo também uma nova forma de prática fonoaudiológica em detrimento ao modelo clínico. Nela, há o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua do surdo, no caso do surdo brasileiro, a Libras, e o respeito a sua identidade, além de um novo olhar que o compreende não mais como deficiente, a partir da “falta de audição”, mas a partir da sua diferença linguística ⁽²⁾.

Na abordagem bilíngue a clínica passa a conceber a linguagem como fruto da interação e história desse sujeito, sendo, portanto, uma atividade constitutiva do sujeito. O fonoaudiólogo é, portanto, o profissional que pode mediar a relação entre as diferentes modalidades das línguas (língua brasileira de sinais e língua

portuguesa), reconhecendo seu papel ⁽¹⁾. Para que essa abordagem seja efetiva, é necessário, primeiramente, escutar os discursos da família sobre o sujeito e sua linguagem, afinal, é na família o principal lugar de interação nos primeiros anos de vida da criança e é quem “escolhe” a língua a ser utilizada por ela ⁽⁵⁾. Sabe-se que muitas famílias não optam de antemão pela língua de sinais, uma vez que 95% dos sujeitos surdos nascem em famílias ouvintes e na maioria das vezes é uma língua desconhecida, e que, na visão dos pais, pode carregar a marca da “deficiência”, construída historicamente a partir da visão clínico-terapêutica da surdez ⁽⁶⁻⁷⁾.

É preciso levar em consideração os comportamentos de superproteção dos pais para com esses filhos. Muitas vezes há a criação de dependência excessiva, revelando os próprios anseios, medos e expectativas destes pais com relação ao futuro de seus filhos. Na relação de pais ouvintes e filhos surdos, isso se justifica pela crença de fragilidade e dependência da criança, sobretudo nos aspectos comunicacionais, interferindo no desenvolvimento de sua identidade, autonomia e integração nos diversos contextos ⁽⁸⁾.

Desta forma, é importante compreender os diferentes modos de interação da criança nas diferentes modalidades de língua, para que se possa mediar formas efetivas de aquisição de linguagem para ela. Importante mencionar que o fonoaudiólogo não é “professor de Libras”, mas o profissional competente que orienta a família quanto aos diferentes usos de linguagem nos diferentes contextos.

O fonoaudiólogo precisa deixar a família ciente de que a aquisição da Libras não deverá ser feita somente no ensino formal, na escola, mas também na vivência nessa língua, sua inserção na comunidade surda, com pares e adultos surdos. É necessário que haja também práticas efetivas de linguagem na esfera familiar, esclarecendo que a língua de sinais não é apenas mais um recurso, muito menos uma “opção” somente após o fracasso na aquisição da linguagem oral; ela é a língua constitutiva do sujeito surdo, sendo também a língua que poderá oportunizar a aprendizagem da linguagem oral e escrita ⁽⁴⁾.

A atuação da clínica fonoaudiológica bilíngue ganha mais sentido quando transcende o espaço clínico propriamente dito e atinge os espaços onde o sujeito realiza suas interações. Infelizmente, nota-se que nem sempre há o devido lugar para a família nos atendimentos fonoaudiológicos. Além disso, nem sempre o discurso da família sobre a criança e a linguagem é considerado como “material linguístico” a ser analisado e mediado pelo fonoaudiólogo.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é compreender o efeito discursivo da mediação fonoaudiológica para a família e suas implicações para as práticas interacionais da pessoa surda.

Metodologia:

O presente estudo caracteriza-se como estudo de caso, de análise de conteúdo balizada por uma análise descritivo-interpretativa que responde à concepção dialógica de linguagem, sob uma visão social. Trata-se da análise do discurso da mãe de um sujeito surdo na Clínica de Fonoaudiologia de uma universidade do sul do país. Os sujeitos dessa pesquisa são Vinícius e sua família, representada aqui pela mãe, Maria. Os nomes dos sujeitos são fictícios para preservar sua identidade.

A pesquisa iniciou-se após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o número 20176619.9.0000.0121, além do aceite e assinatura da família sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e termo de esclarecimento sobre as gravações.

Os dados da pesquisa foram construídos a partir das interações que ocorreram de maneira presencial no segundo semestre de 2019 e remota em 2020, em função da pandemia. Mãe e filho eram atendidos semanalmente por duas estudantes de Fonoaudiologia e a professora supervisora fonoaudióloga. Na dinâmica dos atendimentos, uma das estudantes e a supervisora realizavam orientações à mãe, semanalmente, com o objetivo de trabalhar autonomia e desenvolvimento de Vinícius em atividades de vida diária, além da importância da Libras e de pares que compartilhem e dialoguem com ele nessa língua. Enquanto isso, Vinícius era atendido em sessão fonoaudiológica. Ao longo do semestre, Maria também foi convidada a participar do grupo de familiares que era oferecido na Clínica de Fonoaudiologia.

Para essa pesquisa, foram utilizados dados do prontuário do paciente envolvendo: entrevista, avaliação e terapia fonoaudiológica, incluindo atendimentos com Vinicius e 9 encontros de atendimento à mãe. Os discursos da mãe foram gravados em áudio para posterior análise. Os 4 primeiros encontros com ela foram semanais com duração de 45 minutos e, os demais, também com duração de 45 minutos, sendo que 15 minutos eram de atendimento individualizado, mãe e estudante de Fonoaudiologia/supervisora e 30 minutos no grupo das famílias do projeto de extensão, composto por familiares dos pacientes atendidos no projeto, estudantes de

Fonoaudiologia, supervisora/fonoaudióloga e, por vezes, por profissionais convidados a partir da demanda de discussão do grupo.

Os dados foram analisados a partir das seguintes categorias:

- *Surdez e (in)dependência familiar*
- *A sobreposição da fala à língua de sinais*
- *Escola e uso da Libras*
- *As práticas fonoaudiológicas mediadoras*

Apresentação do caso

Vinícius é um menino surdo, de 11 anos, com ausência de respostas auditivas bilateralmente. Vinícius é filho de Maria, que tem 37 anos, estudou até o ensino médio completo e tem a profissão de babá. Maria é a mediadora responsável por ele e foi quem o acompanhou durante o processo terapêutico. A mãe e o pai da criança são separados e não mantêm contato desde a gestação. Vinícius nasceu prematuro e em função disso, nos primeiros meses de vida teve complicações respiratórias que necessitaram de frequentes internações hospitalares. O diagnóstico de surdez veio por volta dos 9 meses em uma de suas internações por conta de uma parada respiratória, levando a realização de uma série de exames para averiguação de possíveis sequelas.

Vinícius é um garoto com estatura alta para sua idade e está acima do peso. Sua saúde também está sendo acompanhada por uma nutricionista por levar uma vida sedentária e com carência de alimentação saudável. Além de obesidade, possui pressão alta, colesterol alto e faz uso de medicamento para depressão, sendo acompanhado por um psiquiatra.

Segundo a mãe, as primeiras intervenções fonoaudiológicas com a criança começaram com 1 ano e 4 meses com o trabalho com a oralidade. Esse permaneceu até os 6 anos, idade em que teve acesso à Libras na escola, aprendendo os sinais básicos. Aos 7 anos, Vinícius começou a frequentar a Associação de Surdos de sua cidade, porém, não manteve frequência.

A mãe, no início do processo terapêutico, relatou que Vinícius estava ausente da escola, por não dispor de intérprete de Libras para ele, o que dificultava o acompanhamento das aulas. Nem professora nem alunos sabiam Libras. Quando Vinícius comparecia a aula, a mãe mantinha o hábito de ficar esperando na porta da

escola durante todo o horário de aula para ter certeza de que o filho estaria bem e caso precisasse de alguma coisa, ela estaria disponível. Vinícius apresentava histórico de comportamentos agressivos na escola pela dificuldade de comunicação, o que aumentou a motivação para que a mãe o mantivesse em casa até a chegada do intérprete.

No início do processo terapêutico, Vinícius fazia pouco contato visual com as interlocutoras (neste caso as duas estudantes de Fonoaudiologia) e possuía poucas habilidades atencionais e de trocas de turno nas atividades dialógicas. Além disso, notou-se que a mãe ora fazia uso da oralidade, com uma fala bem articulada para que Vinícius pudesse entender, ora uso de gestos caseiros e alguns sinais de Libras isolados, estabelecidos e entendidos pelos dois.

O discurso de Maria evidenciava uma relação de superproteção, com cuidados excessivos com Vinícius. Vinícius estava ausente da escola e passava o dia assistindo televisão ou jogando no celular. Dormia com chupeta, usava mamadeira e toda a sua alimentação era levada à sua boca pela mãe. Além disso, quando ia ao banheiro, Vinícius gritava chamando Maria para que realizasse sua higiene. O banho de Vinícius também era realizado pela mãe. Quando precisava se ausentar de casa sem o filho, Maria o deixava trancado para evitar que pulasse a janela e fosse para a rua. Ela nunca permitia que ele fosse na rua brincar com outras crianças. Além disso, Vinícius dormia junto com a mãe e com a TV ligada, não tinha hora para acordar ou dormir. Depois de acordar passava o dia nos aparelhos eletrônicos.

Acrescente-se aqui que a dependência pela mãe e a falta de frequência escolar faziam com que Vinícius não tivesse outros pares dialógicos a não ser a mãe, evidenciando o atraso na aquisição da língua de sinais e, por consequência, na aprendizagem da segunda língua.

A avaliação da linguagem oral como segunda língua evidenciou que Vinícius não compreende o interlocutor e não se comunica por meio da oralidade. Quanto à língua de sinais, notou-se que Vinícius sinaliza pouco, mas demonstra compreender enunciados simples. Para uma avaliação mais precisa, Vinícius foi encaminhado a uma avaliação com especialista em Libras, que não foi finalizada, mas que aferiu a compreensão de Vinícius na língua de sinais. Na escrita, Vinícius só faz cópia de textos escolares e que tem interesse, mas sem compreendê-los, além de não realizar produções escritas com autonomia.

Vinícius realizou 12 Sessões de atendimento fonoaudiológico, com proposta terapêutica de fomentar o trabalho com aquisição de Libras (escola e família) e o da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Paralelo a isso, optou-se também por trabalhar aspectos de atividades de vida diária mediadas em Libras no ambiente terapêutico, introduzindo o português na modalidade escrita à medida em que Vinícius ia significando a língua de sinais em suas trocas dialógicas, bem como criando vínculo com as terapeutas. Também se buscou uma professora surda para participar de algumas sessões, como modelo linguístico para Vinícius, com o objetivo de promover contato mais efetivo com a língua de sinais e aspectos identitários como surdo.

Já com a mãe, foi realizada uma proposta de trabalho semanal, com sessão específica de escuta e trocas com orientações ao filho. Após três meses a mãe foi convidada a participar do grupo de familiares da Clínica de Fonoaudiologia, no qual participavam seis pais com filhos em idades e diagnósticos diferentes. No grupo de pais as discussões eram abrangentes: efetividade de interações familiares, superproteção, queixas escolares, direitos das pessoas com deficiência, etc.

A proposta com a mãe foi trabalhar a conscientização da importância de o filho adquirir a língua de sinais para mediar as suas relações com o mundo, bem como tarefas semanais a serem cumpridas por ela, trabalhando na mãe questões comunicativas que atravessam as atividades de autonomia e independência da criança nas atividades de vida diária; explicação sobre o crescimento da criança e entrada na adolescência, necessidade de autonomia (saber onde mora, tomar ônibus, ficar sozinho e os “perigos” e “cuidados” para esse momento), além de orientar mãe e filho à participação na comunidade surda e à prática da língua de sinais em contexto dialógico favorável aos dois.

Foram realizadas discussões com relação às expectativas da mãe de uma possível reabilitação auditiva e uso de implante coclear, explicando, a partir do resultado do exame audiológico, as dificuldades no caso do filho, apresentando possibilidades que existem e que não se restringem à oralidade. Embora fizéssemos constantes discussões sobre as possibilidades da criança, após o primeiro dia de terapia a mãe destacou que “*meu filho está falando melhor*”, ou seja, ela estava sempre centrada na fala do filho. Acrescenta-se aqui que nossa relação com a oralidade não foi de anulá-la, mas de manter fala e língua de sinais em determinadas situações comunicativas que pudessem ser alternadas, situações onde português oral assumia para mãe e filho outro significado para além de uma normatização.

Com a escola de Vinícius, foi realizado um trabalho por meio de alguns contatos no período de atendimento, por *e-mail* e via telefone, para acompanhar sua reinserção em contexto educacional e manter trocas acerca do processo terapêutico que pudessem colaborar para o âmbito escolar. Esse trabalho também incluiu acompanhamento à mãe por meio de escuta e orientações durante o processo de contratação de intérprete para a criança, tendo em vista a importância desse profissional para a garantia de seu direito linguístico na mediação do ensino e aprendizagem do estudante surdo.

No ano de 2020 a comunidade acadêmica sofreu com os efeitos da pandemia causada pela Covid-19, impactando também o fazer fonoaudiológico, que necessitou se reinventar e buscar alternativas remotas. Desta forma, foi necessário repensar a atuação do fonoaudiólogo quanto à atenção ao sujeito surdo durante a pandemia. Assim, foram realizados contatos telefônicos de orientação e acompanhamento do caso com a mãe, já que o atendimento presencial foi suspenso.

Resultados e discussão:

Surdez e (in)dependência familiar

Terapeuta: E como foi pra você descobrir que o Vinícius era surdo?

Maria: não que eu rejeitei, sabe, mas eu fiquei uns 3 meses sem aceitar a surdez dele. Foi um choque.

Ao longo do processo que vai do diagnóstico à possível aceitação da condição da criança, neste caso, a condição de ser surdo, a família passa por etapas, que podem gerar ciclos e sequelas à criança, mas que na verdade refletem dor e tristeza por parte dos familiares que esperam um filho “perfeito” e idealizado. Dentre essas etapas, encontram-se o choque, em seguida luto e negação e por fim uma possível aceitação. O luto e a não aceitação inicial são reflexo do sentimento de perda do filho perfeito, que cerca as famílias; a “morte” de uma criança que foi idealizada e esperada de forma “perfeita”. Essas reações tendem a desaparecer à medida em que essa nova realidade passa a fazer sentido para a família, que ressignifica a condição do filho e ganha proximidade com ele ⁽⁹⁾.

No entanto, é possível perceber que embora Vinícius já tenha onze anos, a mãe ainda se mantém vivenciando o luto, gerando a demora do chamado “nascimento

psicológico” do filho surdo, ou seja, a aceitação das diferenças linguísticas, impedindo os pais de se atentarem para a existência da aquisição da língua natural desse sujeito (10).

Ao ser questionada sobre sua vida, a mãe deixa transparecer as suas dificuldades de inserção no mundo do trabalho e de cuidar do filho sozinha.

Maria: Eu larguei toda minha vida agora porque eu vivo em função dele. Eu sofro mais do que ele, sabe ...

Narrativas como essas são comuns nas reações que permeiam a aceitação do sujeito, uma vez que, ao receber o diagnóstico de surdez é a mãe quem perde a fala. O sofrimento gera sentimento de culpa que muitas vezes se reverte em superproteção e ciclos de dependência. A superproteção caracteriza-se como um comportamento exagerado de atenção, cuidado e dedicação, neste caso dos pais, que supõem que ter um filho surdo requer algum processo de esforço pessoal diferenciado, o que podemos observar no discurso de Maria (11). Isso acaba por interferir na identidade e na integração da criança nos diversos contextos, podendo levá-la a tornar-se insegura e no futuro um adulto ainda dependente, dificultando a quebra da relação entre mãe e filho e autonomia nas atividades cotidianas, como podemos perceber no comportamento com o filho (12).

O sofrimento também é realçado pela dificuldade de ser escutada e orientada. A falta de informação da mãe e de como proceder com o filho ocasionam sentimentos de solidão e abandono. Desta forma, os momentos de conversa passaram a ser ansiados pela mãe, que chegava cedo à clínica, nunca faltava e mesmo após passar ao grupo de familiares, ressaltava que queria manter as conversas com as terapeutas individualmente.

Ao ser questionada sobre os hábitos de vida diária de Vinícius, foi possível perceber a forma como se estabelece a relação entre os dois:

Maria: Eu vou trabalhar de manhã e na hora do almoço volto pra dar comida pra ele e volto a trabalhar. Aí eu chego cinco horas e dou banho nele ...

Terapeuta: E nesse tempo ele fica em casa sozinho?

Maria: Sim, e ele não sai. Os vizinhos até falam: Maria, é a primeira criança que não sai de dentro de casa.

Terapeuta: E ele fica fazendo o que?

Maria: Deitado, assistindo televisão, no celular. Nessa rotina: celular e tv. E ele usa bico o tempo inteiro, quando tá deitado ...

Terapeuta: Então ele é todo dependente de você?

Maria: Todo. Banho, comida, se limpar ...

Terapeuta: O que ele faz sozinho?

Maria: Brincar, só ((risos))

Criou-se uma relação de dependência de Vinícius por Maria, como um reflexo do medo e insegurança da própria mãe, uma vez que como a criança “não ouve” e Maria encara a surdez como um “problema”, como uma “falta”, poupam-se as interações e o tempo de explicações também, compensando essa “falta” com a permissividade e, por consequência, subestimando, mesmo sem querer, a capacidade do filho. Essa atitude se caracteriza como “capacitista”, sustentando o binarismo norma/desvio, que leva a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”, visando afastar-se do que é considerado diferente da normatividade. O capacitismo, além de ampliar os processos de exclusão social, corrobora para a produção de vulnerabilidades, contribuindo para relações pautadas em ações assistencialistas e/ ou patologizantes dos corpos ⁽¹³⁾.

Uma vez que a mãe subestima a capacidade do filho, não há, por parte dela o reconhecimento da importância de explicar e inserir, mesmo diante das dificuldades, o sujeito nos contextos enunciativos, possibilidades não só comunicativas, mas de construção do sujeito por meio das atividades simples de vida diária. Esse reforço à dependência deixa de possibilitar responsabilidades ao filho, no que tange ao sentimento de se sentir cada vez mais autônomo, pois o excesso de “dedicação” por parte da mãe reflete o pensamento de que um filho surdo precisa de algum esforço pessoal diferenciado, uma crença pautada na fragilidade da criança, o que dificulta a quebra dessa relação entre mãe e filho ⁽¹²⁾.

A dependência materna criou barreiras de autonomia e de linguagem para Vinícius, limitando-o de participar dos contextos linguísticos que circulam na casa, mas além disso, impedindo que os dois compartilhem esses contextos e trocas por meio de uma língua em comum. Essas barreiras também prejudicam o desenvolvimento sociointeracional de Vinícius com crianças da sua idade, pois não lhe é permitida essa experiência. Vinícius brinca, porém solitário, sem interlocutores e sem interação. Brincar é a única atividade que realiza sozinho, porém isso é subestimado pela mãe.

Essa barreira comunicacional, que perpassa a vida de Vinícius, figura como um limitador para sua vida, podendo gerar sérias implicações, pois não tendo com quem compartilhar uma língua, a tendência é que esse sujeito não se identifique com a mesma, gerando problemas emocionais, dificuldades de estabelecer vínculos de afeto

e falhas em seu processo de aquisição, como pode ser observado no caso aqui apresentado ⁽¹⁴⁾. Além disso, a barreira comunicacional também é atravessada por uma barreira atitudinal, uma vez que, por conta do preconceito, falta de informação, estigmas e estereótipos, pessoas tomam atitudes que suscitam mais preconceito e consequentemente exclusão desse sujeito ⁽¹⁵⁾.

Vejamos o seguinte enunciado de Maria:

Maria: Eu disse a ele que a Médica ((referindo-se a Professora supervisora fonoaudióloga)) briga se usar chupeta e mamadeira. Não pode ((acompanhada de sinais)).

Essa fala evidencia que a falta de proficiência de Libras impede que a mãe passe ao filho informações importantes, pois não há possibilidade de diálogo sem uma língua. Alguns sinais como “médica”, “brigar”, “chupeta”, “mamadeira”, “não pode” são considerados como suficientes pela mãe para ela conversar com o filho. Desse diálogo, ficou claro que Vinícius apenas entendeu que a fonoaudióloga/supervisora é que “impede” os referidos hábitos, sem entender o porquê serem nocivos para o seu desenvolvimento.

A sobreposição da fala à língua de sinais

Terapeuta: E o que você espera de nós aqui nas terapias? O que você gostaria para o Vinícius?

Maria: Quero que ele fale pelo menos alguma coisa que dê pra eu entender. Todo mundo diz q ele pode falar (+) Ele tem os sons. Em casa eu tento falar com ele, pegar a mão e fazer com ele. Uma fono que me ensinou a fazer isso. Uma vez uma fono me ensinou que eu tenho que pegar a mão e colocar nele e ficar fazendo pá pá pá ...

O discurso da mãe revela marcas que privilegiam o oralismo para os diálogos com Vinícius. Estudos mostram a necessidade da aceitação das diferenças na modalidade de comunicação utilizada com e pelos surdos, o que pode ser observado pelo discurso de Maria preso à oralidade e ainda estigmatizado, quando, a todo o momento, deixa claro que quer entender o filho, sendo aqui o “entender” sinônimo de falar. Além disso, é interessante notar em seu discurso que a Fonoaudiologia assume uma posição ideológica de poder, como em “*a fono falou*”, como se dissesse que não é ela quem está dizendo, mas uma “autoridade” sobre o assunto. É claro que aqui não há necessidade de considerar se a narrativa da mãe é verdadeira, mas sim de revelar que o discurso que circula socialmente, a partir de uma visão médico-patológica, é internalizado pela mãe e aqui ganha força argumentativa.

Sobre o uso de Libras com o filho, ficou evidenciado que o discurso de Maria reflete não só distanciamento da língua, mas a busca constante por sobrepor a Língua materna e o contexto dos ouvintes sobre uma criança surda, esperando que ela interaja justamente pela oralidade, que não é compartilhada de modo natural entre ouvintes e surdos. O excerto abaixo aborda um pouco mais da relação que a mãe tem com a língua de sinais e o uso com o filho:

Terapeuta: E você usa Libras com ele?

Maria: Eu não tenho muito tempo pra ficar sentada falando Libras com ele. Eu toco nele pra ele olhar pra mim e pra mim falar. Mas no final de semana quando tem tempo a gente usa a Libras pra não esquecer. Ele já está falando pão, não, água ... ((a mãe chama atenção de V. para que repita e mostre às terapeutas)).

Mais uma vez, a oralidade é amplamente procurada para as conversas com Vinícius, uma vez que Maria diz não ter tempo e acaba usando Libras “pra não esquecer”, evidenciando no discurso uma posição de distanciamento da língua que deveria de fato ser comum aos dois. Outro ponto importante diz respeito à ênfase nas palavras que Vinícius já está “falando”, como o uso da leitura labial. Embora seja válida em momentos de interação, estudos apontam que essa não garante uma linguagem eficaz, uma vez que há os mais variados contextos por detrás dos discursos, além de elementos verbais, não verbais e elementos outros que ajudam na compreensão do todo, não apenas de palavras isoladas ⁽¹⁶⁾. O uso somente da fala nas interações não garantirá discurso efetivo, uma vez que Vinícius falará algumas poucas palavras, mas continuará isolado, com pouca participação nos contextos que o cercam, justamente por não partilharem a mesma língua. É como se dissesse: “se sobrar tempo, eu uso Libras”, sabendo que “tempo” é algo que não se sobra ultimamente, ainda mais no contexto de Maria.

Outro ponto importante reflete dificuldades de se encontrar profissionais da área da Fonoaudiologia não só habilitados, mas inteirados no contexto da surdez e suas possibilidades, como a abordagem bilíngue, notando-se que o discurso trazido por Maria acerca desses profissionais inclina-se de forma consensual para o trabalho somente com a oralidade:

Terapeuta: A senhora procurou fono pra ele com quantos anos, mais ou menos?

Maria: Uns 8,9 anos

Terapeuta: E a senhora chegou a buscar fono de novo?

Maria: Eu fui no posto, mas se você consegue fono, aí a gente vai e aí: Mas mãe, a gente não entende; tem que pegar uma fono que entenda ele e tal ...

Iniciativas governamentais, como o ensino de Libras nos cursos de graduação e até iniciativas atuais por parte dos conselhos, têm pouco a pouco estreitado os laços, trazendo um olhar mais sensível para o trabalho com surdez e abordagem bilíngue, embora não o suficiente para que Libras seja reconhecida como seu estatuto de língua, mesmo dentro da Fonoaudiologia, fazendo com que a mãe tenha que buscar uma fonoaudióloga que compreenda Libras no sistema público de saúde. O que parece ocorrer ainda é uma prevalência do discurso médico, que privilegia uma visão audiológica, da surdez como uma deficiência que precisa de reparação. Parte deste discurso mostra que embora os esforços, o fonoaudiólogo precisa ir além do que lhe é apresentado, reconhecendo as possibilidades fonoaudiológicas que garantam a emancipação do sujeito, uma vez que a oralidade em si não vai restituir a audição do surdo.

Escola e uso da Libras

Maria: Ele usava bastante Libras até, na J. J. C. ((escola até 2019)). Tinha intérprete. Aí foi pra outra escola /.../ Lá ele se fechou pra Libras. A escola não está adaptada pra ele. Quando eu fui matricular ele lá, a mulher da secretaria chegou pra mim e falou: mãe, pra nós é novidade, a gente nunca teve uma criança surda ... A gente vai ter que trabalhar com ele porque a gente não sabe nada /.../ A última vez que ele brigou foi a última vez que ele foi e não quis ir mais. O amigo falou algo que ele não gostou ... Foi aí que ele foi pra cima do amigo e só tiraram ele de sala; acho que ele ficou mais assim porque só tiraram ele da sala.

Nota-se que as barreiras linguísticas se estendem também ao ambiente escolar. A fala da mãe traduz o cenário educacional em que a educação inclusiva se estabelece, pois a inclusão é propagada de maneira inquestionável, isotrópica e imperativa, mas que inconscientemente ajuda a manter situações de exclusão, uma vez que não se considera que inclusão e exclusão não necessariamente se opõem, mas se articulam para operar dentro da subjetividade, sendo importante uma análise crítica na utilização dos termos e no que eles de fato se referem ⁽¹⁷⁾.

É por isso que, embora a inclusão seja um ideal a ser alcançado pelo sistema de ensino e sustentado pelas políticas educacionais, há dificuldades e desafios que se somam, tanto para professores, quanto para alunos e equipe pedagógica. A prática pedagógica precisa ser revista, além dos pressupostos teóricos que mantêm o olhar do surdo como deficiente, impondo assim uma limitação no seu processo de desenvolvimento ao enfatizar as alterações auditivas em detrimento da língua utilizada

por ele ⁽¹⁸⁾. Assim, muitos professores acabam por insistir na oralização, além de atividades e interações que privilegiam a oralidade e interações auditivas. Desta forma, é preciso que o fonoaudiólogo esteja atento a essas questões, cooperando nos processos inclusivos, tanto para o sujeito surdo como para os não surdos ⁽¹⁹⁾.

A agressividade da criança na escola é resultado das dificuldades de comunicação, das barreiras linguísticas e atitudinais que se dão nesse ambiente. A falta de preparo para receber uma criança surda na escola acaba por legitimar práticas excludentes aos alunos surdos, e isso se confirma com a retirada de Vinícius da escola pela mãe. Criança fora da escola, criança excluída socialmente e educacionalmente.

Nesse contexto, ao conversar com a coordenadora pedagógica da escola, foi informado que conseguiram um intérprete e a mãe não retornou mais. Desta forma, o intérprete foi dispensado. Ao conversarmos com a mãe sobre isso, ela informou que ia mudar a criança da escola pois seu filho havia sido maltratado demais ali. Na nova escola, depois das férias de final do ano, Vinícius conseguiu intérprete. Durante o processo terapêutico retomou a frequência na escola, sobretudo, porque passou a ter intérprete de Libras nesse contexto. Sobre isso, a mãe enuncia:

Mãe: Sábado e Domingo ele já pergunta ((faz sinal de escola)). Final do ano todos os colegas fizeram apresentação do hino da cidade em Libras ((pega o celular para mostrar)).

A fala da mãe agora passa a revelar contentamento e sentimento de pertencimento do filho ao espaço escolar mediante a presença do intérprete. A partir do momento que a Libras passa a mediar o contexto escolar passa também ressignificar, tanto para mãe quanto para filho, o sentido que se atribui à escola. A importância do intérprete nesse espaço é essencial no processo, uma vez que estão nas escolas como uma maneira de minimizar as dificuldades dos sujeitos surdos, por haver uma desigualdade linguística com relação à língua compartilhada com seus colegas e professores ouvintes ⁽²⁰⁾. No entanto, é preciso um olhar cuidadoso para sua atuação, uma vez que seu trabalho ainda não é suficiente para uma inclusão educacional efetiva. Por isso, é importante lembrar que o espaço inclusivo é composto de uma equipe – onde ele figura como um dos responsáveis, mas não o único.

O fonoaudiólogo, mesmo clínico e não educacional, deve discutir e orientar à família para o encontro do melhor espaço linguístico da criança. A família não possui interlocutores com esse conhecimento, principalmente quando se trata de famílias

com baixo poder aquisitivo e que depende de serviços públicos. O contato com a escola, a luta pelos direitos de uma escola inclusiva também é parte prática fonoaudiológica quando se atende crianças surdas.

As práticas fonoaudiológicas mediadoras: o início de um longo caminho

Maria: Não foi só pra ele, foi pra mim também ... Porque também até a gente não era muito ... Como mãe e filho a gente não era muito próximo; até isso mudou /.../ Eu não achava que a fono pudesse me ajudar tanto, porque eu pensava ah, meu filho não fala, pra que que eu vou numa fono? Eu pensava assim. A minha forma de pensar era assim.

O discurso de Maria, durante o processo terapêutico, ao mesmo tempo que demonstrou algumas mudanças positivas, ainda evidencia um longo caminho a ser percorrido. Foi possível perceber que a relação da mãe com o filho mudou e se estreitou a partir do momento que entendeu que eles precisavam de uma língua em comum, para compartilhar os momentos juntos e interagirem entre si. A aproximação de mãe e filho foi evidenciada à medida que a autonomia de Vinícius começou a ocorrer, ao longo dos cumprimentos das mudanças atitudinais da mãe, que eram propostas semanalmente.

Ainda sobre a interação e práticas discursivas, ao final do semestre de 2019, a mãe pode reconhecer o avanço no aprendizado da Libras e principalmente na importância da inserção de Vinícius nas atividades da comunidade surda, como no relato abaixo:

Maria: Meu Deus, ele se soltou lá e falava, falava (+) Em casa meu filho é um bicho do mato.

As mudanças da mãe para com o filho são evidentes, à medida que a própria passou a ressignificar o seu olhar para Vinícius e para todos os outros contextos linguísticos que os envolviam. Isso foi possível a partir do momento que Maria percebeu a surdez do filho não mais como um problema. Maria começou a entender a importância de Vinícius adquirir Libras e por meio dela interagir e realizar trocas dialógicas, além de entender a importância de estar inserido na comunidade de surdos, onde a língua de sinais toma seu espaço natural, a partir de interações mediadas nessa língua. Foi assim que a mãe voltou a levar o filho duas vezes por

semana para a comunidade surda, onde faz aula de Libras e outras atividades oferecidas, como a capoeira.

Nessa história de vida aqui narrada, a suspensão dos atendimentos fonoaudiológicos devido a pandemia evidenciou o impacto do processo terapêutico para a família assim como para a escola:

Terapeuta: E sobre o coronavírus? Alguém, professor, explicou pra ele sobre o coronavírus? Ele sabe o sinal, o que é o coronavírus? Ele não perguntou nada?

Maria: Não. Esses tempos atrás a gente perdeu duas famílias com coronavírus, só que não tem como explicar pra ele. Ele só perguntou do que que morreu e eu falei que tava doente ((faz o sinal)). Como é que eu vou explicar o coronavírus pra ele!? /.../ Ele teve doente, com uma depressão, tentou se matar, mas agora ele tá melhor.

Terapeuta: E quando ele fez essa tentativa, como você conversou com ele? Como é que ele respondeu a você?

Maria: Ele só falou pra mim que tava cansado e triste ((mãe faz os sinais)), por isso queria fazer isso ...

O afastamento das terapias fonoaudiológicas também incidiu sobre sentimentos de exclusão com relação ao espaço escolar:

Maria: A escola está difícil porque não tá tendo aula online (+) Assim, as matérias vêm, mas vou ser bem sincera, o que eu sei eu ajudo a fazer, mas tem muita coisa que eu não entendo.

Terapeuta: Mas a escola tá fazendo alguma adaptação para ele? Eu lembro que no presencial ele tinha intérprete, e agora?

Maria: Nada. Esses dias teve reunião e eu falei porque eu precisava, pelo menos 1 vez na semana, ou alguém vir aqui ou falar assim como estamos conversando pra explicar pra ele /.../ Porque eu nem lembro mais quanto tempo eu parei de estudar.

Sem o acompanhamento fonoaudiológico, as barreiras linguísticas geradas pela falta de inserção de Vinícius nos diferentes contextos dialógicos geraram episódios psicológicos, que, além de refletirem a realidade de muitos na pandemia, descreve muito bem as dificuldades dos sujeitos surdos, sem interação familiar e social.

Desconhecimento sobre o uso das máscaras, sobre a pandemia, mortes, doença, isolamento social, escola *online*, dentre outras situações ficaram no silêncio para a criança. Sem mediação social, sem o apoio da Fonoaudiologia e as orientações para a mãe, a criança fica à deriva. Um final não muito feliz nessa história de vida que ainda está longe de finalizar, mas que já evidencia a importância do trabalho fonoaudiológico com a família e a escola no contexto de terapia bilíngue, extrapolando o *setting* terapêutico, ao ampliar as práticas de trabalho quando se volta à inclusão social.

Considerações finais:

Ao olhar para o discurso da mãe e os resultados obtidos, é possível perceber a importância do fonoaudiólogo como articulador dos espaços por onde a criança passa, em um trabalho que deve ultrapassar uma questão simplesmente linguística, dando importância a essa des(re)construção do olhar da família para o sujeito surdo e os contextos que ele permeia. É nesse sentido que pensar em bilinguismo é pensar para além da língua, mas todas as implicações dessa para o sujeito.

É também responder de forma ativa aos questionamentos: Como as diferentes modalidades de língua estão sendo adquiridas? Qual a implicação dos usos das línguas nas relações familiares, na escola e nas demais interações? De que forma a criança está constituindo como sujeito falante? De que forma a criança está constituindo seu “*projeto de dizer*”? (Para quem fala? O que fala? Como fala?) Responder a essas questões implica ao fonoaudiólogo compreender seu papel de mediador e promotor de mudanças para além das práticas clínicas, o que gera resultados efetivos. É preciso, assim, “*rever, por parte dos fonoaudiólogos, o que significa diagnosticar surdez, acolher a família e reabilitar o sujeito*”⁽⁵⁾.

É nesse sentido que reforçamos a ideia de que para que o profissional saiba “como fazer” na sua prática é preciso que tenha em mente os pressupostos teóricos que irão norteá-lo, uma vez que não há neutralidade no discurso e na consequente prática clínica.

Ressalte-se que o desconhecimento com relação ao sujeito surdo também influencia o ambiente escolar, que, mesmo com propostas político-educacionais, ainda possui dificuldades que impedem a interação em sala de aula, limitando a interação aos intérpretes ou professores surdos enquanto as professoras responsáveis e demais alunos ficam à margem das práticas linguísticas. É preciso que o fonoaudiólogo também esteja atento a essas questões, ajudando a oportunizar que esses sujeitos estejam em contextos linguísticos efetivos dentro de uma educação inclusiva com toda a comunidade escolar sendo também um promotor de inclusão educacional.

A partir das análises apresentadas, conclui-se que o trabalho do fonoaudiólogo promoveu mais autonomia em Vinícius, ampliando suas interações em língua de sinais para além da díade mãe/filho. No entanto, o trabalho também concluiu os efeitos

negativos do afastamento de mãe e filho da mediação fonoaudiológica, uma vez que, com o contexto de pandemia, essa ausência gerou regresso com relação aos aspectos linguísticos e educacionais alcançados. Evidentemente, a compreensão da mãe de sua participação decisiva nos processos linguísticos, subjetivos, educacionais e sociais ainda estava longe de ser sedimentada. O que queremos ressaltar aqui é que o espaço da clínica fonoaudiológica precisa ultrapassar seu olhar sobre a fala e sobre o “falar” (significando aqui o *ato de dizer*), quer seja na oralidade quer seja na língua de sinais, considerando aqui que também é possível uma “aprendizagem instrumental da língua de sinais”. Por isso é importante que o espaço da clínica fonoaudiológica seja também o espaço da família e que se compreenda as implicações do trabalho de mediação fonoaudiológica para outros espaços, a escola e as demais interações que envolvem a própria constituição do sujeito surdo.

Referências

- 1- Barreto, GN. Intervenção fonoaudiológica com familiares de crianças surdas. [Dissertação na internet]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 2015. [citado em 2020 jun. 16]. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17542/DIS_PPGDCH_2015_NASCIMENTO_GICELIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- 2- Guarinello AC, de Lacerda CBF. Educação Bilíngue e Atuação Fonoaudiológica. In: Marchesan IQ, Justino H, Tomé MC [organizadoras]. Tratado de especialidades em fonoaudiologia. São Paulo: Guanabara Koogan; 2014. p. 909-17
- 3- Porcelli MBZ, Guarinello AC, Giselle M et al. O trabalho fonoaudiológico em uma clínica dialógica bilíngue: estudo de caso. Cogas, [internet]. 2016. [citado em 2019 out. 06].28(5):653-60. Disponível em:
- 4- Santana AP, Guarinello AC, Bergamo A. A clínica fonoaudiológica e a aquisição do português como segunda língua para surdos. Distúrbios da Comunicação [internet]. 2013. [citado em 2019 set. 21];25(3):440-51. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/17734/13218>.
- 5- Nascimento V, Moura MC. Habilitação, reabilitação e inclusão: o que os sujeitos surdos pensam do trabalho fonoaudiológico? Revista de Ciências Humanas [internet]. 2018. [citado em 2020 jun. 19];52,(1):1-19. Disponível

em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/21784582>.2018.e49807/40 082.

6- Ribeiro VL, Barbosa RLL, Martins SESO. Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. Rev Educação [internet].2019. [citado em 2020 jun. 19];44(1):p.1-27. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35150>.

7- Santana AP. Surdez e Linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas. 1. ed. São Paulo. Plexus. 2015. 256 p.

8- de Souza CL. Familiares de surdos: dúvidas, queixas e sentimentos. [Monografia na internet]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2018. [citado em 2020 jun. 16].32p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26298>.

9- De Araújo AA, da Silva JP. Surdez e preconceito: uma análise a partir da percepção dos pais de surdos. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. [internet]. 2020. [citado em 2021 abr.3].13(2):1-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v13n2/06.pdf>

10- Lopes BR, dos Santos MM. Impasses da educação inclusiva: O luto simbólico do filho idealizado e o ensino da língua portuguesa para alunos surdos. Revista Panorâmica online. [internet]. 2020. [citado em 2021 abr.3].1(-):188-207. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/1169/19192362>.

11- Barbosa MG. Falando sobre filhos(as) surdos(as): algumas considerações sobre a (in)visibilidade dos pais na educação bilíngue. [Dissertação na internet]. Recife: Universidade Católica de Pernambuco. 2019. [citado em 2021 abr. 16]. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1149/5/marcela_gomes_barbosa.pdf

12-Trindade LP. A concepção dos pais de pessoas surdas. Pretextos [online]. 2017. [citado em 2020 jun. 19];2(4):141-156. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15255>.

13- Gesser M, Block P, de Mello AG. Estudos da deficiência: Interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Gesser M, Bock GLK, Lopes PH. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p.17-36.

- 14-Dos Santos Silva Gianoto H, de Oliveira Gianotto A, Marques HR. Pais ouvintes, filhos surdos: barreiras na comunicação. Multitemas [internet]. 2016. [citado em 2021 abr.3];21(49):161-180. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1114/1212>.
- 15-Brunhara JA, Berberian AP, Guarinello AC et al. Acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior: atitudes sociais de alunos e professores de uma instituição de ensino superior. Revista CEFAC [internet]. 2019. [citado em 2020 jun.19];21(3):1-11. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v21n3/pt_1982-0216-rcefac-21-03-e13018.pdf
- 16-Schemberg S, Guarinello AC, Massi G. O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. Revista Brasileira de Educação Especial [Internet]. 2012. [citado em 2020 jun.19];18(1):17–32. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382012000100003&lng=pt&tlng=pt
- 17-Neto AV, Lopes MC. Inclusão, exclusão, in/exclusão. Verve. [internet]. 2011. [citado em 2021 abr.13]; 20(-):121-135. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118>
- 18-Tenor AC, Deliberato D. Sistematização de um Programa de Capacitação ao Professor do Aluno Surdo. Revista Brasileira de Educação Especial. [internet]. 2015. [citado em 2020 abr. 27];21(3):409-422. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413653823015000300409&script=sci_arttext.
- 19-Skliar C. Atualidade da Educação Bilíngue para surdos - interfaces entre pedagogia e Linguística. 6ª Edição. Porto Alegre. Mediação; 2016. Capítulo 1. A localização política da educação bilíngue para surdos; p. 7-14
- 20-Eyng DB, Guarinello AC, Massi G et al. A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes. Tuiuti: Ciência e Cultura. [internet]. 2016.[citado em 2021 abr.17].4(52):107-119. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/h/article/view/900>.